

Ex.mo Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Amares

Requerente: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ - _____ Freguesia: _____ Concelho: _____

BI/C. Cidadão n.º _____ Identificação Fiscal de Contribuinte n.º _____

Telf.: _____ Telm: _____ Fax: _____

Correio Eletrónico: _____

Vem requerer a V.ª Ex.ª nos termos do Art.º 63º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, emissão da respetiva licença de utilização.

Processo de obras n.º _____, relativo à _____ (construção, ampliação, alteração ou reconstrução).

Prédio sito no lugar/rua de _____, freguesia de _____.

Alvará de licença de obras n.º _____ de _____ / _____ / _____.

Para o efeito, anexa os seguintes elementos necessários para análise

Quando se trate de autorização de utilização de edifícios ou suas frações formulado na sequência de realização de obra sujeita a controlo prévio:

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação.
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	b) Termo de responsabilidade subscrita pelo diretor da obra ou do diretor de fiscalização da obra, nos termos do n.º 1 do artigo 63.º do RJUE e, ainda, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1.2 e 2.2 do anexo à Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro;
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	c) Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis mencionados nas alíneas anteriores, emitida pela respetiva ordem profissional, nos termos na alínea c) do n.º 1.2 e 2.2 do anexo à Portaria n.º 349-C/2013 de 2 de dezembro.
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	d) Ficha resumo caracterizadora do edifício e da intervenção realizada, de acordo com o modelo ficha 2, constante do anexo à Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, caso se trate de edifício de habitação.
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	e) Certificado SCE, emitido por perito qualificado no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios.
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	f) Termo de responsabilidade subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projeto, nos termos de regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização e pela direção da obra, caso o requerente queira fazer uso da faculdade concedida pelo n.º 3 do artigo 64.º do RJUE.
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	g) Termo de responsabilidade subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projeto, nos termos de regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, relativo à conformidade da obra com o projeto acústico.
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	h) Cópia do título da operação urbanística ao abrigo da qual foram realizadas as obras.
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	i) Telas finais, quando aplicável.
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	j) Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho.

Quando se trate de pedido de autorização ou alteração de utilização de edifícios ou suas frações não precedido de operação urbanística sujeita a controlo prévio:

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Documentos previstos no número anterior, com exceção dos referidos nas alíneas b),c), f), g) e h).
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhado de declaração dos autores e coordenador os projetos de que aquela respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE.
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Termo de responsabilidade subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projeto, nos termos de regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, relativo à conformidade da utilização prevista com as normas legais e regulamentares que fixam os usos e utilizações admissíveis, bem como à idoneidade do edifício ou sua fração autónoma para o fim pretendido.

Pede deferimento,

Amares, de..... de

O Requerente,

B.I./CC válido até

Dados a preencher pelo signatário, nos termos do DL 250/96, de 24 de Dezembro